



ÁREA TEMÁTICA: Globalização, Política e Cidadania

Bairro da Relvinha (1974-1976): De Barracas a condições condignas

BAÍÁ, João

Licenciado em Sociologia

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

joobaiacosta@hotmail.com

Resumo

A presente comunicação refere-se ao movimento de moradores na cidade de Coimbra (1974-1976). Procurar-se-á perceber a acção do programa governamental Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) no Bairro da Relvinha, bem como a acção do movimento de moradores deste bairro, que conseguiu substituir o seu bairro de barracas por um bairro de casas. Esta exposição constitui também uma reflexão acerca dos movimentos sociais e dos novos movimentos sociais em Portugal e na cidade de Coimbra.

Palavras-chave: SAAL; Auto-Construção; Movimentos Sociais; Socialização da Apropriação;





O Bairro da Relvinha (1974-1976): De Barracas a condições condignas¹

1- Introdução

O objectivo desta comunicação é reflectir sobre o quadro conceptual dos movimentos sociais, tendo em consideração a importância, que estes assumiram em Portugal, após o 25 de Abril de 1974 no Período Revolucionário em Curso (PREC), e sobre um movimento social amplo intitulado por alguns movimentos de “Poder Popular”, que pautou a sua acção pela sua radicalidade, forte participação e mobilização e pela sua efemeridade.

Para estudar este período singular da história contemporânea portuguesa, focalizou-se um movimento e a sua acção num bairro— o movimento de moradores no bairro da Relvinha situado na cidade de Coimbra, na Freguesia de Eiras. A intervenção do programa SAAL no bairro da Relvinha foi outro ponto que se pretendeu analisar. A ideia de levar a cabo este estudo, nasceu da vontade de aprofundar esta temática e da constatação que o estudo acerca deste movimento em Coimbra é quase inexistente e pouco conhecido.

Houve quem considerasse que este amplo movimento popular tivesse formado um poder dual, contudo, como Boaventura Sousa Santos afirma, a força dos movimentos sociais provocou uma paralisia e não uma transformação do aparelho de Estado, paralisia essa, que advém de uma “dualidade de impotências” e não de uma dualidade de poderes, como aconteceu noutros países em períodos de crise revolucionária. Dualidade de impotências que criou um equilíbrio entre os movimentos sociais e o processo de institucionalização política, entre as “forças de transformação” e as “forças de permanência” (Nunes e Serra, 2003: 227), no sentido em que houve uma paralisia institucional provocada pela luta pelo “controlo político do Estado no seu todo, bem simbolizado nos conflitos entre as forças sociais e políticas (...) e nas fracturas profundas que se verificaram na direcção política do MFA” (Santos, 1984: 21-22). Francisco Martins Rodrigues (1994: 195), Bandeirinha (2007: 155) e Hammond (1988: 237) partilham esta ideia da “dualidade de impotências” introduzida por Boaventura de Sousa Santos, para explicar o facto do “Poder Popular” não ter conseguido conquistar as mudanças que queria para a sociedade portuguesa.

Esta tensão de forças terminaria com o 25 de Novembro de 1975, “quando uma coligação de sectores «moderados» e conservadores das forças armadas e das formações políticas do «centro», através de uma acção militar, recuperou o controlo do processo político” (Nunes e Serra, 2003: 220).

Elísio Estanque caracteriza esta altura como “um marco fundamental para a compreensão da sociedade portuguesa contemporânea” e considera que o “envolvimento nessas experiências de participação colectiva, com todo o seu idealismo e radicalismo, fez delas momentos estruturantes das subjectividades e trajectórias de vida de várias gerações de portugueses” (Estanque, 1999:101-102).

Boaventura Sousa Santos considera que houve uma explosão do movimento social popular e que este terá sido “sem dúvida o movimento social mais amplo e mais profundo da história europeia do pós-guerra” (Santos, 1984: 18).

João Arriscado Nunes e Nuno Serra consideram que:

“A memória da Revolução é ela própria, activamente expurgada de qualquer noção de que a revolução tenha sido um processo de transformação social e política, atravessado por contradições, protagonizado por um conjunto heterogéneo de actores colectivos, de movimentos sociais e de iniciativas populares, dando origem a uma profusão de experiências de acção colectiva e de democracia participativa, mas também a tentativas de articulação entre o Estado e as organizações de base, as forças armadas e os movimentos sociais, as



organizações e partidos políticos e as iniciativas populares, com o seu cortejo de sucessos e de erros, as suas hesitações, os seus excessos e os seus compromissos. De facto a Revolução é, com frequência, vista como um “hiato” anómalo num processo que deveria ter seguido o seu curso “normal” do derrube da ditadura à criação das instituições “normais” da democracia parlamentar de tipo ocidental” (Nunes e Serra, 2003: 237-238).

Relativamente à metodologia utilizada, optou-se por utilizar as seguintes técnicas de investigação: a técnica de entrevista e a análise documental. Levou-se a cabo uma leitura aprofundada de estudos sobre o movimento de moradores noutras cidades portuguesas, sobre a problemática dos movimentos sociais e sobre questões metodológicas. O objectivo de recorrer a estas fontes secundárias foi sistematizar e cruzar dados, factos, histórias e conceptualizações contidas nestes estudos de forma a tentar compreender melhor o objecto de estudo.

Analisaram-se fontes como boletins publicados pelas comissões de moradores e por alguns partidos acerca do movimento de moradores, jornais e revistas da época, fotografias de Coimbra deste período e procedeu-se a uma análise do jornal Diário de Coimbra que permitiu identificar quais foram os momentos que marcaram o movimento de moradores em Coimbra.

Entrevistaram-se algumas pessoas que estiveram envolvidas no movimento de moradores em Coimbra, que permitiram conhecer perspectivas menos institucionais e ter uma maior percepção das razões que motivaram as populações a organizarem-se e a participarem nas lutas urbanas. Recolheram-se testemunhos de membros de algumas comissões de moradores, de uma pessoa que ficou a viver numa casa ocupada e de um membro de organizações partidárias que estiveram envolvidas no movimento. As entrevistas foram semi-directivas e seguiram um guião prévio de questões, a colocar ao entrevistado, mas foram feitas de forma flexível, de modo a não interromper o fio condutor do pensamento do entrevistado. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas, confrontando a informação contida nas várias entrevistas com a análise documental efectuada, para se conseguir perceber as diversas particularidades da luta urbana em Coimbra.

Porém, o cruzamento dos dados recolhidos na análise documental de fontes primárias e secundárias, permitiu controlar alguns esquecimentos, algumas imprecisões ou excessos que poderão sempre surgir nas respostas dos entrevistados.

2- SAAL

O movimento de moradores recebeu, em vários bairros do país, apoio do programa governamental SAAL que, tinha como finalidade prestar apoio técnico e financeiro, possibilitando a melhoria das infraestruturas, dos acessos, do saneamento básico e das casas dos moradores. Este projecto teve origem num Despacho do Ministério da Administração Interna e do Ministério do Equipamento Social e do Ambiente a 31 de Julho de 1974, que “instituiu legalmente o SAAL como corpo técnico especializado do Fundo de Fomento de Habitação” (Rodrigues, 1999: 45).

Este programa interveio em várias zonas urbanas do país através das Brigadas de Apoio Local, constituídas entre outros, por arquitectos, engenheiros, juristas, sociólogos e estudantes. Este projecto rompeu a vários níveis com a política habitacional herdada do Estado Novo: interligou a noção de direito à habitação com o direito à cidade; procurou articular as intervenções estatais com o tecido social, renovou recursos e instrumentos de acção, relativamente à gestão urbanística que o governo levava a cabo; a responsabilidade da gestão e controlo das operações foi distribuída pelos técnicos e pelas populações (Rodrigues, 1999: 46). António Fonseca Ferreira considera que estava subjacente à metodologia proposta no decreto que instituiu o SAAL:



uma forma inovadora de intervir sobre a cidade através do controlo popular de todo o processo – escolha do local dos novos bairros; discussão e aprovação do plano urbanístico, dos equipamentos, das tipologias e dos padrões construtivos; adjudicação e controlo das obras; e atribuição e gestão do património habitacional (1987: 85).

Este projecto teve mais impacto nas cidades de Lisboa, Setúbal e Porto, tendo sido mais bem sucedida no Porto. Nesta cidade “terá assumido, provavelmente, a forma mais consistente e teorizada” (Nunes e Serra, 2003: 221) e desenvolveu-se de modo célere, devido à “força das movimentações populares” que exerceu uma grande pressão sobre “as estruturas estatais no sentido da rápida solução dos problemas das populações carenciadas” (Rodrigues, 1999: 49). O SAAL foi criado durante o 1º Governo Provisório, do qual fazia parte Nuno Portas que, enquanto Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, cumpriu um papel central na sua dinamização. Apesar do arquitecto Nuno Portas ser muitas vezes encarado como o criador deste programa, muitos outros arquitectos e engenheiros tiveram um papel bastante activo. Assim como não se pode deixar de frisar a forte participação das populações.

Realizaram-se seis Conselhos Nacionais do SAAL, onde os técnicos envolvidos analisavam a forma como as Brigadas Locais estavam a funcionar em cada região e procediam às mudanças necessárias para poder ir cumprindo os objectivos definidos nos vários Conselhos. Os membros do Conselho Nacional do SAAL produziram um documento muito importante que reúne vários elementos, como comunicados de imprensa, quadros, manifestos, textos de análise, intitulado – “Livro Branco do SAAL” (1976).

Este projecto, para levar a cabo muitas das suas acções, confrontou-se com falta de legislação, que condicionava e retardava alguns dos processos que faziam parte da sua actividade diária, “como a obtenção de terrenos, ocupação de casas devolutas degradadas, financiamento das operações, alteração dos planos, ou a constituição de associações de moradores, entre outros” (Nunes e Serra, 2003: 233).

O SAAL foi marcado por uma certa “indefinição institucional” e a função e o estatuto das brigadas locais por uma certa ambiguidade, confundindo-se com as funções das autarquias. Estes dois factores tornavam este serviço vulnerável a quaisquer tentativas de atrasar os processos em curso. Maria Rodrigues constata que “a prática seguida baseou-se nas orientações expressas em despachos nunca publicados oficialmente”, o que permitiu que o sistema de financiamento fosse pautado pela “indefinição política” (1999: 50-51).

Este programa, após o 25 de Novembro de 1975, começou a sofrer as consequências da mudança da conjuntura política. A política de habitação do governo inverteu-se e o projecto SAAL começou a ser “marginalizado enquanto serviço público e as suas operações sofreram bloqueamentos de toda a ordem” (Rodrigues, 1999: 94), desde “a retenção dos processos de expropriação de terrenos pelas Câmaras Municipais ou pela Secretaria de Estado, aos impasses no financiamento das operações ou às demoras na concessão de novos empréstimos aos moradores” (Rodrigues, 1999: 53).

O SAAL, serviço técnico do Fundo de Fomento da Habitação, acabou por ser praticamente extinto, no dia 27 de Outubro de 1976, por um despacho emitido pelo I Governo Constitucional, despacho que conferia às Câmaras Municipais o controlo e a definição das operações em curso e aos Comissariados o acompanhamento das operações. O arquitecto José António Bandeirinha defende que esta alteração veio acabar na prática com o programa, visto que, “embora eufemisticamente o despacho ministerial empenhasse todo o desenvolvimento do processo ao livre arbítrio das futuras autarquias, o Ministro sabia melhor do que ninguém que das Câmaras tinham partido as principais contrariedades ao SAAL” (2007: 212).

Aquando da saída deste despacho “estavam em actividade 169 operações em todo o país, que envolviam 41665 famílias de moradores pobres. Em construção estavam 2259 fogos e estava eminente o arranque de mais 5741” (Bandeirinha, 2007: 14).



3- Bairro da Relvinha – SAAL e Auto-construção

Nessa época, em Coimbra, o movimento estudantil era o movimento social com maior expressão. O tecido industrial de Coimbra era muito pequeno, havendo poucas fábricas, impedindo a formação de um movimento operário forte. Relativamente à questão agrícola, também as condições não eram favoráveis à construção de um movimento social com peso, que reivindicasse, como no Alentejo, uma reforma agrária. Na zona de Coimbra fazia-se uma agricultura de subsistência, em minifúndios, ao contrário do Alentejo, onde predominavam os latifúndios.

Apesar destes factores, no dia 26 de Abril, concentraram-se milhares de pessoas na Praça da República, onde iniciaram uma manifestação que depois de passar pela Baixa de Coimbra, culminou junto da sede da PIDE/DGS, na Rua Antero de Quental². No dia 1º de Maio, decorreu uma manifestação, em que participaram dezenas de milhares de pessoas. Durante a manifestação, o edifício da Câmara Municipal de Coimbra foi ocupado simbolicamente por uma Comissão Provisória proposta pelo Movimento Democrático Português (MDP) de Coimbra e que foi eleita por aclamação, no fim da manifestação, durante um comício realizado no Estádio Universitário³.

Criaram-se vários tipos de associações de moradores em Coimbra durante este período. As associações dos bairros mais pobres a do Bairro da Relvinha, da Conchada, de São José, da Fonte do Bispo e da Quinta da Nora, que tinham problemas mais graves de habitação foram as que tentaram ter o apoio do programa governamental SAAL e que conjugaram esforços, editando boletins ou comunicados conjuntos, bem como criando uma inter-comissões.

No contexto do movimento de moradores de Coimbra, durante o PREC, o bairro da Relvinha, foi o que atingiu um nível maior de organização, consciencialização e participação.

Segundo José de Jesus Simões, entrevistado pelo Diário de Coimbra, em 1975, eram “trinta e quatro famílias habitando vinte e oito casas (barracas), o que revela que muitas pessoas habitam o nosso bairro, cerca de cento e setenta pessoas”⁴.

A Associação de Moradores da Relvinha já tinha um passado de luta anterior ao 25 de Abril, o que lhe conferiu uma maior “coesão interna, quase familiar, que lhe permitiu, mesmo com influência externa, maior ou menor, deste ou daquele partido, tomar as decisões, através dos seus representantes, de «dentro para fora» e levar a cabo os objectivos que definiu, à partida como muito claros” (Oliveira, 2003: 76). Os moradores já procuravam mudar as suas condições de vida, reivindicando a substituição das barracas por casas. Chegaram a reunir com o Presidente da Câmara, Eng. Araújo Vieira, bem como levar a cabo acções mais radicais “como pôr o lixo à porta do quartel-general de noite, rebentar uma fossa séptica”⁵.

A antropóloga Paula Godinho considera que: “a existência de uma cultura resistente, alicerçada em memórias anteriores de eventos de luta conferiram aos indivíduos o manancial de conhecimentos que lhe permita dar resposta em situação de contencioso” (2001: 40). Na Relvinha, podemos observar a existência deste passado de vivências e lutas comuns, bem como um elevado grau de participação dos moradores, durante o período focalizado, o que nos leva a reforçar a hipótese de Paula Godinho.

O Bairro da Relvinha, que era um bairro de barracas antes do PREC, foi o único caso em Coimbra que culminou com a construção de um bairro de casas novas. Isto só foi possível devido ao processo de auto-construção levado a cabo pelos moradores. A ajuda de algumas empresas de materiais de construção e a auto-construção permitiram dar início à obra: “Toda a gente colaborava desde as crianças, a mulheres, homens, grupos de estudantes”⁶ Numa outra entrevista, Jorge Vilas descreve o processo:

a maioria das obras foi por auto-construção, era gratuito, as coisas vinham para aí, quando era para descarregar tijolos o pessoal descarregava, quando era para meter pisos toda a gente vinha deitar massa, homens, mulheres, crianças, havia uma colaboração muito efectiva, muito estreita (Oliveira, 2003: 84).



A descrição do processo de construção, que faz lembrar a música “Os Índios da Meia Praia”⁷ de José Afonso, demonstra um grau elevado de solidariedade e de inter-ajuda entre os moradores do Bairro, durante o processo de auto-construção.

Se tivermos em conta que a auto-construção era levada a cabo pelos moradores nas horas livres, depois de um dia de trabalho, podemos verificar que o esforço empreendido foi considerável. Nuno Portas foi um dos principais impulsionadores do projecto SAAL e um grande defensor da auto-construção. Estava convicto “que era necessário «mexer na obra», com todas as implicações físicas e psicológicas da acção, para que essa apropriação fosse mais intensa” (Bandeirinha, 2007: 122). Se a auto-construção poderia ajudar então a criar um sentimento de apropriação relativamente ao Bairro, ao juntarmos a esta ideia o facto de as famílias do Bairro da Relvinha viverem juntas há décadas e de recordarem alguns episódios de luta anteriores ao 25 de Abril, podemos verificar que estes dois factores poderão ter contribuído para criar as condições para a existência de um maior envolvimento e uma maior participação dos moradores da Relvinha, comparativamente com os moradores de outros bairros da cidade de Coimbra.

A Associação de Moradores conseguiu envolver no seu trabalho grupos de estudantes, grupos culturais, grupos como os Companheiros Construtores (jovens estrangeiros que ajudaram na construção das casas).

Os moradores da Relvinha apoiaram a formação de outras associações com o propósito de ajudar as populações dos outros bairros e ajudaram a criar uma interassociações, contribuindo para o fortalecimento do movimento de moradores em Coimbra.

Com o objectivo de diminuir o desemprego no sector da construção civil e construir habitações a um custo mais baixo, a Associação de Moradores do Bairro da Relvinha, juntamente com moradores de outros bairros tentou formar uma Cooperativa de Construção e de Habitação.

A população do Bairro da Relvinha colaborou com a Cooperativa Agrícola de Barcouço criada em Março de 1974. Barcouço é uma aldeia do concelho da Mealhada, pertencente ao distrito de Aveiro. Esta colaboração tinha como objectivo fornecer os produtos agrícolas directamente aos consumidores, de forma a depender menos dos revendedores. Segundo o periódico das Associações de Moradores dos bairros da Conchada, Fonte do Bispo e Relvinha, intitulado “A Nossa Força, a Nossa Luta”, a Cooperativa Agrícola de Barcouço tinha como objectivo criar, “em conjunto com o povo das cidades e dos campos, (...) uma rede de comercialização dos produtos eliminando assim gradualmente a rede dos intermediários parasitas” (1976: 27-28). Na Relvinha existiu uma mercearia, onde os produtos da Cooperativa eram vendidos.

Houve um esforço por parte dos moradores do Bairro da Relvinha para interligar a luta dos moradores com a dos trabalhadores através da realização de assembleias de associações de moradores e comissões de trabalhadores conjuntas.

A Associação de Moradores da Relvinha diversas vezes se solidarizou com a luta dos estudantes da Universidade de Coimbra. Por sua vez, existiam estudantes que ajudaram a Relvinha das mais diversas formas, por exemplo, através de apoio na resolução de problemas burocráticos e através de espectáculos levados a cabo por grupos culturais da Associação Académica de Coimbra, como o GEFAC⁸ (Grupo de Etnografia e Folclore da Academia de Coimbra), o CITAC⁹ (Círculo de Iniciação Teatral da Academia de Coimbra), o TEUC (Teatro de Estudantes da Universidade de Coimbra), o CELUC¹⁰ (Coral de Estudantes de Letras da Universidade de Coimbra), a TAUC¹¹ (Tuna Académica da Universidade de Coimbra). A Associação de Moradores da Relvinha esteve solidária com o movimento estudantil segundo Jorge Vilas:

Eu recordo-me quando foi o Sottomayor Cardia uma vez lá em cima junto ao governo civil, na altura também intervi lá. Nós estivemos muito interligados e sempre que havia alguma luta estudantil nós estávamos presentes¹².



Donatella Della Porta e Mário Dianni elaboraram um esquema que pretende sistematizar as inter-relações que se estabelecem entre os vários movimentos sociais e as várias organizações que os constituem. Combinando a presença ou a ausência de competição e a presença ou a ausência de cooperação, propuseram uma tipologia de formas de relações interorganizacionais (2006: 157-158). Assim, de acordo com esta tipologia, a relação estabelecida pela Associação de Moradores do Bairro da Relvinha com outras organizações de moradores, chamar-se-ia “cooperação competitiva”; e à relação estabelecida com outros movimentos sociais, dar-se-ia o nome de “cooperação não competitiva” (2006: 157-158).

A primeira tipologia refere-se à relação entre movimentos que partilham a mesma base social, mas que cooperam. Um exemplo desta cooperação competitiva são as afirmações do presidente da Associação de Moradores da Conchada, quando referiu o apoio prestado pelo Bairro da Relvinha, que aconselhou os moradores deste bairro a formar uma associação e a encetar esforços para iniciar uma operação SAAL de forma a resolver os problemas graves de habitação dos moradores da Conchada¹³.

A segunda refere-se à relação entre movimentos sociais em que existe cooperação, mas em que a base social dos movimentos é diferente. A “cooperação não competitiva” é a relação que, por exemplo, a Relvinha estabelece com a Cooperativa Agrícola de Barcouço ou com o movimento estudantil. (Della Porta e Dianni, 2006: 157-158).

Quando os movimentos sociais estabelecem uma rede entre eles, estão interligados, os ganhos de um movimento podem provocar “consequências benéficas para as demandas dos outros movimentos, bem como, o seu sucesso encoraja outras mobilizações. (...) a importância dos movimentos sociais tende a crescer tanto como crescem os seus recursos técnicos e estruturais disponíveis” (Della Porta e Dianni, 2006: 248).

A posição da Associação de Moradores da Relvinha, em relação às ocupações, era:

Defendíamos que não devíamos ocupar casas absolutamente nenhuma, devíamos era ir no sentido de obrigar a criar as condições para nós construirmos as nossas próprias casas. Para que as pessoas sentissem que aquilo que têm é seu e que criaram com as suas próprias mãos¹⁴.

Os moradores da Relvinha consideravam que, ao ocupar, os moradores iriam ter um “sentimento de culpa” e achavam que era uma “forma pouco ortodoxa de resolver o problema da habitação”, recusando participar activamente nas ocupações. Porém, Jorge Vilas da Fonseca afirma: “(...) nós estivemos solidários com diversas ocupações, embora não pactuássemos com a generalidade”¹⁵.

A relação que os moradores do Bairro da Relvinha estabeleceram, de acordo com a tipologia referida, com o movimento de ocupação de casas oscila entre duas tipologias: “cooperação competitiva” e “faccionalismo”. Ambas as tipologias são “competitivas”, uma vez que disputam a mesma base social. Quando o morador entrevistado refere que estiveram solidários com diversas ocupações, esta atitude corresponde à primeira tipologia, porque existe cooperação. Quando refere que não pactuavam com a generalidade das ocupações, corresponde à segunda tipologia, visto que não há cooperação (Della Porta e Dianni, 2006: 157-158).

Relativamente à dissolução do SAAL, as Associações de Moradores da Conchada, S. José, Fonte do Bispo, Quinta da Nora e Relvinha respondem com um comunicado¹⁶ a defender o programa SAAL e repudiar o despacho do Governo, de 27 de Outubro de 1976, que conferia às Câmaras Municipais o poder de controlar e definir as operações SAAL que estavam a decorrer. Eram convocadas todas as Comissões de Moradores e todos os trabalhadores a comparecerem nos quatro plenários, a realizar em cada um dos



bairros subscritores do comunicado. Nestes plenários, os presentes poderiam inscrever-se para irem a Lisboa no dia 13 de Novembro a uma manifestação nacional contra a extinção do SAAL.

Os habitantes do Bairro da Relvinha, para além da sua luta por melhores condições de habitabilidade, tinham uma vontade mais global de mudar a sociedade, queriam “criar uma sociedade mais justa, uma sociedade mais igual”¹⁷, porém após o 25 de Novembro começaram “a partilhar um sentimento de frustração, porque aquilo que os moradores pensavam, o que os moradores queriam acabou por se diluir num mar de mágoas”¹⁸.

4- Movimento de Moradores Portugêses no seio da teoria dos Movimentos Sociais

O conceito de movimento social, segundo Helena Vilaça, “foi utilizado pela primeira vez”, no início do séc. XIX e “para designar o movimento operário ou a classe trabalhadora, conotação que durou até à segunda década” do séc. XX. Movimento social surgia ligado à ideia de formação de “uma nova ordem social e política, alterando por completo as instituições de propriedade e de distribuição de poder” (Vilaça, 1993: 63). Giddens define Movimento Social como “uma tentativa colectiva para promover o interesse comum ou alcançar um objectivo comum, através da acção colectiva fora da esfera das instituições estabelecidas” (2000: 606).

A Sociologia dos Movimentos Sociais tem evoluído desde os anos 60, altura em que surgiram movimentos, que puseram em causa a hegemonia das formas de organização, de acção colectiva, que davam corpo aos movimentos sociais tradicionais. Desde aí, foram propostas imensas teorias para tentar compreender melhor os movimentos sociais e todas as problemáticas a eles subjacentes, pois o seu estudo “ganhou espaço, densidade e status de objecto científico de análise” (Gohn, 2002: 10).

Gohn identifica três paradigmas diferentes, que utilizam correntes “teórico-metodológicas” distintas para estudar contextos “geográfico-espaciais” diferentes: o norte-americano, o europeu e o latino-americano, que por sua vez, têm uma cultura própria, uma história social, económica e política que os distingue, uns dos outros, bem como, lutas e movimentos sociais diversos (2002: 13).

Para analisar o movimento de moradores em Portugal, procurou-se sintetizar as principais correntes do paradigma europeu, uma vez que, este se aproxima mais à nossa realidade social, económica e política, se bem que, o paradigma latino-americano poderá contribuir para a criação de novas teorias na área dos movimentos sociais, visto utilizar e cruzar teorias dos paradigmas europeu e americano e, através da análise do contexto específico dos países que formam a América Latina, produzir novas teorias, que permitam também interpretar a realidade específica dos movimentos sociais portugueses.

O paradigma europeu é constituído por duas correntes teóricas diferentes.

A corrente neomarxista, que “centra-se no estudo dos processos históricos globais, nas contradições existentes e nas lutas entre diferentes classes sociais”; a outra é a culturalista-accionalista ou a dos Novos Movimentos Sociais, que “parte de explicações mais conjunturais, localizadas em âmbito político ou dos microprocessos da vida quotidiana, fazendo recortes na realidade para observar a política dos novos actores sociais” (Gohn, 2002: 15).

A corrente neomarxista seguiu duas linhas de análise distintas: uma, desenvolvida pelos historiadores Hobsbawm, Rude e Thompson e a teoria histórica-estrutural desenvolvida por Castells, Borja, Lojkine. A corrente dos Novos Movimentos Sociais é composta por três formas de abordar a problemática dos movimentos sociais: “a histórico-política de Claus Offe, a psicosocial de Alberto Melucci, Laclau e Mouffe, e a accionalista de Alain Touraine” (Gohn, 2002: 119).

Castells, Borja e Lojkine debruçaram-se sobre um género de movimentos sociais: Os Movimentos Sociais Urbanos (MSU). Castells foi o autor que impulsionou mais este debate teórico em torno dos MSU, tendo sido muito estudado nos anos setenta. Em Portugal, era um autor de referência, para quem queria estudar



neste período os MSU e, através dos seus estudos, no Chile, em Itália, na França, no Canadá, onde os MSU eram fortes, poder-se-ia tentar construir um quadro conceptual para os MSU portugueses.

Castells, tendo estudado o movimento social de moradores em contextos de crise do Estado como Itália, França, Chile e Canadá, considerava que o movimento social urbano era um sistema de práticas, cujo desenvolvimento tendia para a transformação estrutural do sistema urbano ou da relação de forças no seio da luta de classes, e em último caso na relação de forças estabelecidas para ver quem controlava o poder do Estado, através da junção dos vários órgãos de poder popular (*apud* Lojkine, 1981:302).

Castells entendia que era preciso extrair dos MSU, “suas perspectivas, sua estrutura interna, suas contradições, seus limites e possibilidades, suas relações com a cidade e com o Estado”, para se poder, “a partir de sua observação concreta, registar a forma pela qual se desenvolvem e as acções e organizações que integram”. Por fim, seria necessário relacionar os elementos obtidos com: “a) as contradições estruturais do capitalismo; b) a expressão estrutural do movimento no urbano; e c) o processo político mais geral do país nos últimos anos” (Gohn, 2002: 190).

Vítor Matias Ferreira foi um dos poucos cientistas sociais que tentou criar um quadro conceptual acerca dos MSU em Portugal durante este período, acompanhando a sua evolução histórica, na cidade de Lisboa desde o início.

Segundo este investigador português, Castells distingue lutas urbanas de movimentos sociais urbanos denominando as primeiras de “prática histórica” e os segundos de “prática histórica transformadora”, considerando que “não há transformação qualitativa da estrutura urbana que não seja produzida por uma articulação dos movimentos com outros movimentos, em particular (nas nossas sociedades) com o movimento operário e com a luta política de classe” (*apud* Ferreira, 1982: 20).

Vítor Matias Ferreira contrapõe ao esquema teórico fechado de Castells, a posição analítica de Indovina, que admite que surgiram novos conflitos sociais, “sobretudo fora do aparelho produtivo, que não podem ser reduzidos a meros epifenómenos da luta de classes”. Indovina assume uma abertura conceptual, que lhe permite recusar uma visão ortodoxa, que não admita o surgimento de novos conflitos sociais, “cuja especificidade não encontra, necessariamente, expressão nem encaminhamentos próprios, através do movimento operário”. (Ferreira, 1982: 20). O sociólogo considera que esta abertura conceptual iria permitir “questionar mais amplamente (...) a problemática dos movimentos urbanos” no contexto português.

Vítor Matias Ferreira utilizou a seguinte tipologia para caracterizar três tipos de movimentos de moradores em Portugal, “segundo o alcance das suas motivações”:

-movimentos reivindicativos, com base em exigências de carácter imediato, situadas ao nível da própria sobrevivência material das populações envolvidas;

-movimentos de protesto que já se dirigiam a um adversário político-institucional, acrescentando assim uma motivação política às exigências materiais mais imediatas;

*-movimentos sociais propriamente ditos, que enunciavam um projecto de transformação social, com impactes que ultrapassavam a resolução de problemas específicos e que reformulavam as lógicas mais estritamente funcionais da acção política (*apud* Nunes e Serra, 2003: 233).*

Este autor, através da análise do contexto dos MSU em Lisboa, elaborou uma reflexão sobre a questão da propriedade e sobre a legalidade democrática e legalidade revolucionária. Relativamente ao movimento de ocupação de casas, uma das formas que o movimento de moradores tomou, concluiu que o movimento de moradores, numa primeira fase de ocupações, não pôs em questão a propriedade privada, mas que, numa segunda fase, já enfrentou a propriedade privada, se bem que, os moradores tenham realizado apenas



uma “socialização da apropriação” e não uma “socialização da propriedade”. O movimento tentou alterar as “relações de apropriação”, mas delegou no Estado a tarefa de solucionar e regular as “relações de propriedade” (1986: 564-565). Podemos observar este facto, ao dar conta que uma das reivindicações ao ocupar as casas era o pagamento de um preço justo para arrendar a casa ocupada. Ferreira formula assim a hipótese que considera que o movimento de moradores lateralizou “a questão do «direito de propriedade», que, como tal, não abandonará nunca o imaginário social dominante” (1986: 564-565). Palacios Cerezales corrobora este facto ao afirmar que os moradores “não reivindicavam a propriedade do ocupado, mas pediam que fosse reconhecida a legitimidade da apropriação” (2003: 95).

A outra corrente é a dos Novos Movimentos Sociais (NMSs). Os NMSs são movimentos sociais que surgem no fim da década de 60 “demarcam-se ao nível dos objectivos, actores, modalidades de acção e estratégias (entre outros aspectos) dos movimentos sociais tradicionais” (Vilaça, 1993: 64). Este tipo de movimentos em finais da década de 60, organiza-se em torno de causas como o feminismo, pacifismo, ecologia, luta pelo direito à diferença sexual, étnica e cultural, pelo direito à habitação, entre outras.

Claus Offe tenta sistematizar a diferença entre dois tipos de movimentos - os Velhos Movimentos Sociais e os NMSs - distinguindo dois paradigmas que problematizam a acção colectiva: o antigo que tem hegemonia a seguir à segunda guerra mundial e o novo que surge nos últimos anos da década de 60. O antigo paradigma preocupou-se mais com o crescimento e com a segurança social, tendo como valores basilares: “liberdade e segurança no consumo privado e progresso material” (apud Gohn, 2002: 166). A sua actuação pautava-se por, internamente, valorizar as organizações formais e associações representativas e, externamente, pela “intermediação pluralista ou corporativista de interesses” e pela “competição entre partidos políticos e regra da maioria” (2002: 166). O novo paradigma é formado pelos NMSs que põem em causa modos de vida, práticas, valores, normas de uma sociedade. Os NMSs surgiram com uma maior incidência, em torno do feminismo, da ecologia, do pacifismo, da luta pelo direito à diferença cultural, sexual, religiosa, étnica e racial, da luta pelos direitos dos consumidores. Os valores dos NMSs, pós-materialistas e pós-industrialistas, caracterizam-se pela auto-organização, pela defesa da democracia participativa e pela “orientação mais particularista que universalista” (Ferreira, 1995: 455).

O aparecimento dos NMSs incorporou¹⁹ importantes rupturas, a nível político, social e cultural, nos países centrais, e, simultaneamente, inseriram “no campo das ciências sociais, novas temáticas, novas perspectivas de análise novas linhas de reflexão teórica” (Rodrigues, 1995: 2).

Em Portugal, Boaventura Sousa Santos teoriza acerca dos Novos Movimentos Sociais e tenta formular algumas hipóteses explicativas para a fraqueza dos Novos Movimentos Sociais em Portugal.

Portugal é diferente dos países europeus, onde foi produzida a maior parte das teorias acerca dos movimentos sociais, uma vez que, para além de ser uma sociedade semi-periférica, teve uma ditadura que durou quarenta e oito anos, em que os movimentos sociais foram duramente reprimidos até 1974. Portugal pode caracterizar-se como um país semi-periférico porque tem um “estatuto de formação social de desenvolvimento intermédio, alcançando posições medianas em termos dos indicadores de desenvolvimento que diferenciam o centro e a periferia do sistema mundial” (Drago, 2003: 58).

Boaventura Sousa Santos considera que os velhos movimentos sociais surgiram organizadamente em Portugal, apenas em 25 de Abril de 1974, tendo aparecido ao mesmo tempo que os NMS, o que conduziu a alguma tentativa de ingerência por parte dos Velhos Movimentos, na organização, nas acções e reivindicações dos NMS. Ao terem nascido em simultâneo com o 25 de Abril, os Velhos Movimentos Sociais e os NMSs, conviveram durante o PREC “ em regime de grande tensão e contradição social, em disputa pela forma de democracia a privilegiar, democracia representativa ou democracia participativa. Passado, porém, esse breve período, os velhos-novos movimentos sociais conquistaram gradualmente plena hegemonia; em contrapartida, os NMSs estiolaram, desapareceram e não reemergiram até hoje” (Santos, 1994: 229-230).



Helena Vilaça considera que “os movimentos de moradores com reivindicações em torno da habitação e respectivas infra-estruturas” enquadram-se na tipologia dos NMSs. Porém, relativamente ao contexto específico de Portugal, Vilaça propõe uma hipótese de trabalho, que considera que, apesar dos NMSs portugueses terem nascido na mesma altura que os NMSs ocidentais, a conjuntura político-institucional (derrubar de uma ditadura de 48 anos), com o aparecimento das forças políticas dos Velhos Movimentos Sociais (sindicatos e partidos), que se encontravam clandestinos, no exílio ou no cárcere, no processo de “consolidação da democracia representativa”, criaram-se as condições para o aparecimento de NMSs como “um fenómeno híbrido com traços quer dos tradicionais movimentos quer dos NMSs” (Vilaça, 1993: 70). Esta autora considera que, relativamente “às dinâmicas de participação”, as associações de moradores podem-se enquadrar na problemática dos NMSs: “na conjuntura do 25 de Abril como «movimento ofensivo», passando depois a «movimento defensivo» no sentido em que passa a valorizar as questões da autonomia, da territorialidade, do privado e de um novo tipo de sociabilidade” (Vilaça, 1994: 94-95).

5- Reflexões Finais

Pretendeu-se reunir contributos teóricos de várias áreas do conhecimento e pô-los em discussão, uns com os outros, bem como, com as entrevistas, obras e documentos analisados. Através da reflexão acerca da acção dos moradores do Bairro da Relvinha conseguiu-se compreender como o SAAL se terá materializado em alguns bairros e como o movimento de moradores actuava.

Conclui-se que falta um estudo mais aprofundado sobre os movimentos sociais em Portugal e sobre o impacto que o PREC teve no desenvolvimento dos mesmos. É necessário perceber as especificidades dos movimentos sociais portugueses, de forma a criar esquemas de interpretação que se adequem à realidade nacional e às várias realidades locais. Para isso, a realização de projectos de investigação de âmbito nacional, que reúnam um grupo de cientistas sociais de diferentes áreas do conhecimento e que levem a cabo investigações em diferentes regiões do país, poderá dar origem a um profícuo trabalho de reunião de várias peças de um puzzle que permitirá compreender melhor a história contemporânea portuguesa, nomeadamente a(s) história(s) do PREC.

Referências Bibliográficas

AFONSO, José (2000), “Com as minhas tamanquinas”, Elfriede Engelmayer (org.) *Textos e Canções/José Afonso*, Lisboa: Relógio D`Água Editores, pp. 267-293.

ASSOCIAÇÃO de MORADORES da CONCHADA, FONTE do BISPO e RELVINHA (1976), *A Nossa Força a Nossa Luta*, pp. 28.

BANDEIRINHA, José António (2007), *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Coimbra: Imprensa da Universidade.

BARBOSA, Ana et al (1972), *Ocupação do bairro do Bom Sucesso em Odivelas por 48 famílias de barracas*, Porto: Afrontamento.

BEBIANO, Rui (2006), “Da desmemória e do seu antídoto”, in Rui Bebianco e Maria Manuela Cruzeiro (org.), *Anos Inquietos – Vozes do Movimento estudantil em Coimbra (1961-1974)*, Porto: Edições Afrontamento, pp. 9-13.

COELHO, Mário Brochado (1986), “Um processo organizativo de moradores (SAAL/Norte-1974/76)”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 18/19/20, pp. 645-671.

CONSELHO NACIONAL DO SAAL (1976), *Livro Branco do SAAL – 1974/1976*, Vila Nova de Gaia.

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mário (2006) *Social Movements: an introduction*, London: Blackwell, 2ª Edição.



- DOWNS, Charles, s.d., *Comissões de Moradores and Urban Struggles in Revolutionary Portugal*, s.l., edição policopiada.
- DOWNS, Chip; SILVA, Fernando Nunes da; GONÇALVES, Helena; SEABRA, Isabel (1978), *Os Moradores à conquista da Cidade: Comissões de Moradores e Lutas Urbanas em Setúbal – 1974/76*, Lisboa: O Armazém das Letras.
- DRAGO, Ana (2003), *Agitar antes de ousar: O movimento estudantil «antipropinas»*. Porto: Edições Afrontamento.
- ESTANQUE, Elísio (1999), “Acção colectiva, comunidade e movimentos sociais: para um estudo dos movimentos de protesto público”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 55, pp. 85-111.
- FERREIRA, António Fonseca, 1987, *Por uma nova política de habitação*, Porto: Edições Afrontamento.
- FERREIRA, Vítor Matias (1975), *Movimentos Sociais Urbanos e Intervenção Política*, Coleção A Cidade em Questão, 4. Porto: Afrontamento.
- FERREIRA, Vítor Matias (1982), “Os Movimentos Urbanos e o SAAL a ambiguidade e os equívocos”, *A Ideia*, 17, pp. 24-25.
- FERREIRA, Vítor Matias (1986), “A cidade e o campo uma leitura comparada do Movimento Social, 1974-1975”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 18/19/20, pp. 549-578.
- GODINHO, Paula (2001), “Das rotinas de resistência à edificação de movimentos colectivos”, *Memórias da resistência rural no sul – o caso do Cuço (1958-1962)*, Oeiras: Colibri, pp. 29-43.
- GOHN, Maria da Glória (2002), *Teorias dos Movimentos Sociais – Paradigmas clássicos e contemporâneos*, São Paulo: Edições Loyola.
- HAMMOND, John L. (1988), *Building popular power: workers and neighborhood movements in the Portuguese revolution*, New York, Monthly Review Press.
- MARCONI, Francesco; OLIVEIRA, Paula de (1978), *Política y proyecto: una experiência de base en Portugal*, Barcelona: Punto y línea.
- NUNES, João Arriscado; SERRA, Nuno (2003), “«Casas decentes para o povo» movimentos urbanos e emancipação em Portugal”, Boaventura S. Santos (org.), *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*, Porto: Afrontamento, pp.215-245.
- OLIVEIRA, José Manuel Albuquerque, 2003, *O SAAL e o Movimento de Moradores em Coimbra*, Coimbra: Prova final do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
- PALÁCIOS CEREZALES, Diego (2003), *O Poder caiu na Rua – Crise de Estado e Acções Colectivas na Revolução Portuguesa 1974-1975*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- PALLA, Maria Antónia (1976), “Habitação um tecto para cada um e algo mais...”, *O Século Ilustrado*, 9 de Abril, pp. 11-13.
- PINTO, Jaime (2002), *Fartas de viver na lama - 25 de Abril – O Castelo Velho e outros Bairros SAAL do Distrito de Setúbal*, Lisboa: Colibri.
- RODRIGUES, Eugénia (1995), “Os Novos Movimentos Sociais e O Associativismo Ambientalista em Portugal”, *Oficina do CES*, 60.
- RODRIGUES, Francisco Martins Rodrigues (1994), “25 de Novembro: como a esquerda foi encurralada” in *O Futuro Era Agora – O movimento popular do 25 de Abril*. Lisboa: Edições Dinossauro, pp. 195-206.
- RODRIGUES, Maria (1999), *Pelo Direito à Cidade: O Movimento de Moradores do Porto (1974/76)*, Porto: Campo das Letras.



SANTOS, Boaventura de Sousa (1984), "A Crise e a Reconstituição do Estado em Portugal (1974-1984)", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 14, pp. 7-29.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2002), "Subjectividade, Cidadania e Emancipação". *Pela Mão de Alice o social e o político na pós-modernidade*, Porto: Afrontamento, pp. 228-231.

VILAÇA, Helena (1993), "Territórios e identidades na problemática dos movimentos sociais: algumas propostas de pesquisa", *Sociologia*, I Série, Vol. III. Porto: Faculdade de Letras, pp. 51-71.

VILAÇA, Helena (1994), "As associações de moradores enquanto aspecto particular do associativismo urbano e da participação social. Sociologia", *Revista da Faculdade de Letras*, 4, pp. 49-96.

Fontes Orais

Entrevista a Jorge Vilas, presidente da Associação de Moradores da Relvinha durante o PREC, realizada no dia 10 de Agosto de 2007.

Entrevista a Frederico Natividade, presidente da Associação de Moradores da Conchada durante o PREC, realizada no dia 17 de Agosto de 2007.

Entrevista a José Augusto Ferreira da Silva, estudante de Direito durante o PREC, que fez parte de organizações políticas que estiveram envolvidas no movimento de ocupação de casas como a OCMLP, a FEC(ML) e a UDP, realizada no dia 31 de Agosto de 2007.

Jornais consultados

Diário de Coimbra

¹ Esta comunicação resulta da investigação realizada na área de especialização de Sociologia Histórica para a elaboração da tese de licenciatura de Sociologia da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra em 2007.

² “O Diário de Coimbra e os acontecimentos”: *Diário de Coimbra*, 27/4/1974.

³ “Inédita e esmagadora manifestação em Coimbra”: *Diário de Coimbra*, 3/5/1974.

⁴ “Vai finalmente desaparecer o bairro da Relvinha?": *Diário de Coimbra*, 11/2/1974, p. 4.

⁵ Entrevista a Jorge Vilas realizada no dia 10 de Agosto de 2007.

⁶ *ibidem*

⁷ Esta música pertence ao álbum “Com as minhas tamanquinhas”, editado em 1976, foi composta para o filme “Continuar a viver (Os Índios da Meia Praia)”, realizado por Cunha Teles.

⁸ Livro de espectáculos do GEFAC.

⁹ “Brecht em Coimbra”: *Diário de Coimbra*, 21/2/1975, p. 5.

¹⁰ “CELUC apoia moradores do bairro da Relvinha”: *Diário de Coimbra*, 31/3/1976, p. 4.

¹¹ “Tuna Académica colabora com moradores da Relvinha”: *Diário de Coimbra*, 24/6/1976, p. 4.

¹² Entrevista a Jorge Vilas realizada no dia 10 de Agosto de 2007.

¹³ Entrevista a Frederico Natividade realizada no dia 17 de Agosto de 2007.

¹⁴ Entrevista a Jorge Vilas realizada no dia 10 de Agosto de 2007.

¹⁵ *ibidem*

¹⁶ Este comunicado dirige-se “Às Associações de Moradores, às Com. Trabalhadores e a toda a população em geral”.

¹⁷ *ibidem*

¹⁸ *ibidem*

¹⁹